



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0004614-83.2009.8.17.0810 (0280497-1)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

PROCURADOR: Isabel Araújo Lessa Santos OAB/PE n. 0011418

AGRAVADO: Habiserve Incorporações LTDA

ADVOGADO: Waldemar Cavalcanti de Albuquerque Sá- OAB/PE n. 022412

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EXECUÇÃO EMBARGADA. FIXAÇÃO ÚNICA. POSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência reconhece que é possível a fixação única dos honorários no julgamento dos embargos, desde que se estipule que o valor fixado atende a ambas as ações, como no caso dos autos. Precedentes: AgRg no REsp 1256163/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 2.2.2012, Dje 9.2.2012; AgRg no REsp 1.227.683/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5.4.2011, Dje 19.4.2011; AgRg no REsp 1241812/PR, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 18.10.2011, Dje 25.10.2011. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos modificativos.

2. Destarte, embora cabíveis honorários em Execução e em Embargos à Execução autonomamente, nada impede que o magistrado arbitre valor único para as duas condenações, no julgamento dos Embargos, devendo-se observar o limite máximo de 20% (art. 20, § 3º, do CPC) na soma das duas verbas.

3. Agravo Legal conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0280497-1, em que figuram como Agravante e Agravado o Município de Jaboatão dos Guararapes e Habiserve Incorporações Ltda, respectivamente, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 8 de outubro de 2013.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira.
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0004614-83.2009.8.17.0810 (0280497-1)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

PROCURADOR: Isabel Araújo Lessa Santos OAB/PE n. 001141B

AGRAVADO: Habiserve Incorporações LTDA

ADVOGADO: Waldemar Cavalcanti de Albuquerque Sá- OAB/PE n. 022412

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de agravo legal previsto no art. 557, §1º, do CPC, ajuizado contra decisão monocrática desta relatoria que, com esteio no art. 557, *caput* do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Apelação nº 0280497-1, interposto pelo Município de Jaboatão dos Guararapes em face da Habiserve Incorporações LTDA, cujo objetivo é a reforma da sentença proferida nos autos da Execução Fiscal nº 3252-12.2010.8.17.0810, que extinguiu o processo executivo, com fulcro no art. 794, I, CPC.

2. À fl. 23, foi proferida sentença rejeitando os Embargos de Declaração interpostos, em que se determinou que as custas e honorários foram fixados nos autos dos Embargos à Execução, vide fls. 19/22.

3. Irresignado, o Município interpôs Apelação, arguindo, em suma, que, tendo os embargos à execução natureza de ação autônoma, é necessário que os honorários também sejam fixados no curso da execução fiscal. Pugnou pela reforma da sentença, com a consequente fixação dos honorários na Execução Fiscal.

4. Contrarrazões às fls. 52/61.

5. Às fls. 69/79, foi proferida decisão monocrática por essa relatoria, em julgamento conjunto das apelações de nº 0280497-1 e nº 0280500-3, negando seguimento a ambos os recursos.

6. Irresignado, o Município de Jaboatão dos Guararapes interpôs o presente agravo reiterando as razões de sua apelação. Forte nas razões recursais supracitadas, solicita o agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada. Em não havendo o juízo de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

Face ao não exercício do juízo de retratação, ponho o feito em julgamento colegiado. Não houve parecer do órgão Ministerial.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 8 de outubro de 2013.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira.
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0004614-83.2009.8.17.0810 (0280497-1)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

PROCURADOR: Isabel Araújo Lessa Santos OAB/PE n. 001141B

AGRAVADO: Habiserve Incorporações LTDA

ADVOGADO: Waldemar Cavalcanti de Albuquerque Sá- OAB/PE n. 022412

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Ao analisar a apelação nº 0280497-1, foi proferida, em julgamento conjunto com o processo nº0280500-3, em apenso, decisão nos seguintes termos:

Vistos etc.

Trata-se de Julgamento conjunto da Apelação n. 0004614-3.2009.8.17.0810 (0280497-1), interposta pelo Município de Jaboatão dos Guararapes em face da Habiserve Incorporações LTDA, e da Apelação n. 0003252- 12.2010.8.17.0810 (0280500-3), interposta pela Habiserve Incorporações LTDA em face da Edilidade alhures mencionada.

Passo a fazer o relatório individualizado, para, em seguida, fazer a apreciação *simultaneus processus*.

1. Apelação n. 0004614- 3.2009.8.17.0810 (0280497-1)

Em síntese crítica, o Município Apelante interpôs o presente recurso em face da sentença proferida pelo M.M Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que, em razão da comprovação do pagamento do débito tributário (CDA nº 115.103.22560.3), carreado nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 3252-12.2010.8.17.0810, extinguiu o processo executivo, com fulcro no art. 794, I, CPC.

À fl. 23, foi proferida sentença rejeitando os Embargos de Declaração interpostos, em que se determinou que as custas e honorários foram fixados nos autos dos Embargos à Execução. vide fls. 19/22.

Irresignado, o Município interpôs Apelação, arguindo, em suma, que, tendo os embargos à execução natureza de ação autônoma, é necessário que os honorários também sejam fixados no curso da execução fiscal. Pugnou pela reforma da sentença, com a consequente fixação dos honorários na Execução Fiscal.

Contrarrazões às fls. 52/61. A empresa apelada alegou, em síntese, que é pacífico na jurisprudência pátria a possibilidade de fixação cumulada dos honorários advocatícios, já que os embargos à execução estão em apenso a esta ação e dela são dependentes. Sustenta que o valor da causa é bastante elevado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(R\$ 120.906,32- cento e vinte mil, novecentos e seis reais e trinta e dois centavos- sem atualização monetária), destarte, a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) fixado pelo magistrado atende plenamente os anseios do Município e contemplam, de forma satisfatória e justa, o trabalho desenvolvido pelos Procuradores.

2. Apelação n. 0003252- 12.2010.8.17.0810 (0280500-3)

Em breves linhas, a Habiserve Incorporações LTDA insurge-se contra a sentença que julgou parcialmente procedentes os Embargos à Execução Fiscal nº 3252-12.2010.8.17.0810, reconhecendo o pagamento do débito após a citação, extinguindo a Execução Fiscal nº 0004614-83.2009.8.17.0810, e liberando a penhora realizada, ao tempo em que condenou a embargante, em razão do princípio da causalidade, ao pagamento de custas e honorários, no percentual de 5% sobre o valor da causa. Além disso, indeferiu o pedido de condenação do Município em litigância de má-fé suscitada pela embargante.

A apelante requer a inversão da condenação em honorários advocatícios, porquanto sustenta que foi a apelada quem deu causa à manutenção de execução de crédito já satisfeito e, conseqüentemente, ao ajuizamento dos presentes embargos, e, alternativamente, a redução do quantum arbitrado a título de honorários advocatícios, por considerar exorbitante a quantia estabelecida.

Contrarrrazões às fls. 68/72, o Município de Jaboatão dos Guararapes alega, em suma, que o crédito tributário só foi pago após o ajuizamento da ação, em 30/10/2009, destarte, a extinção do crédito no curso da execução não exonera a parte sucumbente do pagamento de verba honorária, posto que deu causa à demanda. Pugna pela manutenção do *decisum*.

Eis o relatório.

Passo a oferecer a seguinte prestação Jurisdicional.

De proêmio, registro que é lícito ao magistrado extinguir ações e recursos analisando os desfechos de ações interdependentes, utilizando-se do *efeito expansivo objetivo externo*. É o caso dos autos.

Marcus Vinícius Rios Gonçalves, na obra *Direito Processual Civil Esquemático*, leciona:

Há pedidos interdependentes, que mantêm entre si relação de prejudicialidade. Não é possível modificar a decisão a respeito de um deles sem que haja repercussão sobre os demais. Nessa situação, ainda que haja recurso apenas em relação a um deles, o provimento repercutirá sobre os outros, ainda que estes não especificamente impugnados. Se, em ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, o réu recorrer contra a procedência do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

pedido declaratório de paternidade, o acolhimento do recurso afetará também a pretensão condenatória a alimentos, já que guardam relação de prejudicialidade entre si¹.

Pois bem. Passo à análise do mérito.

1. Apelação n. 0004614- 3.2009.8.17.0810 (0280497-1)

No presente recurso, o Município de Jaboatão dos Guararapes advoga a tese de que tendo os embargos à execução natureza de ação autônoma, é necessário que os honorários também sejam fixados no curso da execução fiscal. Alega que, tendo havido dupla sucumbência, é necessário que sejam fixados honorários advocatícios em ambos os processos.

A presente lide é de fácil controvérsia e prescinde de maiores disquisições, porquanto a jurisprudência pátria encontra-se pejada de precedentes sobre a sua matéria.

De saída, destaco que é cediço que os embargos à execução constituem ação autônoma, haja vista a sua natureza de verdadeira ação de conhecimento, que não se confunde com a Ação de Execução. Destarte, é plenamente cabível a condenação em honorários, também, em sede de embargos à execução fiscal.

O que, na verdade, se discute, *in casu*, é a forma como o magistrado de piso aplicou a condenação, posto que a apelante sustenta ser necessária a fixação dos honorários em cada ação, separadamente, ao passo que, o juízo de origem fixou os honorários de forma englobada, ou seja, estipulou um valor único, que abrange ambas as ações.

Neste cenário, tenho que é plenamente viável a condenação em honorários, tanto na forma autônoma, como de forma cumulada. No caso em tela, o magistrado estabeleceu, nos embargos à execução, uma condenação em honorários no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, cf. fl.53 dos autos em apenso, e consignou, na decisão de embargos de declaração da execução fiscal, vide fl. 23, que este montante engloba as duas condenações, tendo arbitrado quantia que considerou razoável após analisar o trabalho executado pelos procuradores municipais nos dois processos.

Logo, entendo que não merece reparos a sentença vergastada, porquanto está em consonância com permissão contida na jurisprudência dos Tribunais Superiores. Nessa contextura, confirmam-se os precedentes da c. Corte de Uniformização da Jurisprudência Infraconstitucional- STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO CONFIGURADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EXECUÇÃO EMBARGADA. FIXAÇÃO ÚNICA. POSSIBILIDADE.

¹ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. - 2. ed. revista e atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2012, p.507 e ss.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

1. Hipótese em que a decisão embargada consignou ser entendimento assente no âmbito do STJ a possibilidade de cumulação dos honorários advocatícios fixados na Ação de Execução com aqueles arbitrados nos Embargos, haja vista a natureza autônoma destes. Entretanto, a jurisprudência ressalva que, ocorrendo essa hipótese, a soma das duas verbas não poderá ultrapassar o teto máximo (20%) previsto no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.

2. Embora cabíveis honorários em Execução e em Embargos à Execução autonomamente, nada impede que o magistrado arbitre valor único para as duas condenações, no julgamento dos Embargos, devendo-se observar o limite máximo de 20% (art. 20, § 3º, do CPC) na soma das duas verbas.

3. Embargos de Declaração acolhidos sem efeito infringente. (EDcl no AgRg no REsp 1345610/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 18/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO EXISTENTE. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUTONOMIA DOS HONORÁRIOS. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO ÚNICA DE HONORÁRIOS PARA AMBAS AS AÇÕES. VIABILIDADE. 1. É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os embargos à execução constituem ação autônoma e, por conseguinte, é possível a cumulação da condenação em honorários advocatícios arbitrados na ação de execução. Precedentes: AgRg no REsp 1212703/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 26.4.2011, DJe 29.4.2011; REsp 1226372/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 26.4.2011, DJe 5.5.2011. 2. A jurisprudência também reconhece que é possível a fixação única dos honorários no julgamento dos embargos, desde que se estipule que o valor fixado atende a ambas as ações, como no caso dos autos. Precedentes: AgRg no REsp 1256163/PR, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 2.2.2012, DJe 9.2.2012; AgRg no REsp 1.227.683/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5.4.2011, DJe 19.4.2011; AgRg no REsp 1241812/PR, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 18.10.2011, DJe 25.10.2011. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos modificativos. (1278430 MG 2011/0162034-7, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 10/04/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/04/2012, undefined)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS. AUTONOMIA. CARÁTER PROVISÓRIO. FIXAÇÃO ÚNICA. POSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência do STJ assentou que, constituindo os Embargos do Devedor verdadeira ação de conhecimento que não se confunde com Ação de Execução, os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma autônoma e independente em cada uma das referidas ações, sendo descabido o condicionamento da verba honorária na Execução a eventual propositura dos Embargos à Execução. 2. O estabelecimento de honorários no início da Execução é provisório, pois a sucumbência final será determinada, definitivamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

apenas no julgamento dos Embargos à Execução. 3. Contudo, embora cabíveis honorários em Execução e em Embargos à Execução autonomamente, nada impede que o magistrado arbitre valor único para as duas condenações, no julgamento dos Embargos, devendo-se observar o limite máximo de 20% (art. 20, § 3º, do CPC) na soma das duas verbas. 4. Agravo Regimental não provido. (1213658 RS 2010/0176481-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 26/06/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/08/2012, undefined)

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. I - No que tange à fixação dúplice dos honorários, tanto na execução, quanto nos Embargos, a lei não impede que assim se dê, ou de forma conjunta, haja vista a autonomia entre os processos. II - E cabível a fixação de honorários advocatícios em favor do exequente, em caso de rejeição dos embargos à execução, nada obstante já terem sido fixados honorários advocatícios na própria execução, ressalvado, porém, o patamar máximo de 20% previsto no art. 20, § 3º, do CPC. (REsp 799.688/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPESALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 21/09/2010) III - O Agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. Agravo Regimental improvido. (1385210 PE 2010/0215302-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 12/04/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/04/2011, undefined)

2. Apelação n. 0003252- 12.2010.8.17.0810 (0280500-3)
(...)

Forte nisso, com espeque no art. 557, caput, do CPC, aplicado à luz do princípio da economia processual e da efetividade da jurisdição (mormente no que toca à eventual prática de atos inúteis), e utilizando-me do efeito expansivo objetivo, **NEGO SEGUIMENTO** aos apelos de nºs 0004614-83.2009.8.17.0810 (0280497-1) e 0003252-12.2010.8.17.0810 (0280500-3), mantendo incólumes as decisões proferidas pelo Juízo de primeiro grau.

Publique-se.

Com o manto da coisa julgada, remetam-se os autos ao juízo de origem.

Recife, de julho de 2013.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira.

Relator

Ora, como se pode observar, não assiste razão ao agravante, haja vista que os fundamentos por ele esposados não são suficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
 PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão acima colacionada, por seus próprios fundamentos.

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 8 de outubro de 2013.

Jorge Américo Pereira de Lira
 Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira.
 Relator